

Sustentabilidade Educação Impacto Transparência



| Formato Integrado

COMPOSIÇÃO TCE-RO 2023



PAULO CURI NETO

Conselheiro Presidente

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

Conselheiro Vice-Presidente

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO

Conselheiro Presidente da Escola Superior de Contas

EDILSON DE SOUSA SILVA

Conselheiro Corregedor

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

Conselheiro Presidente da 1ª Câmara

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

Conselheiro Ouvidor

JAILSON VIANA DE ALMEIDA

Conselheiro Presidente da 2ª Câmara

Conselheiros Substitutos

Francisco Júnior Ferreira da Silva Omar Pires Dias Erivan Oliveira da Silva

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

Adilson Moreira de Medeiros

Procurador Corregedor

Ernesto Tavares Victoria

Procuradores do Ministério Público de Contas

Érika Patrícia Saldanha de Oliveira

Yvonete Fontenelle de Melo

Miguidônio Inácio Loiola Neto



SUMÁRIO



1	Governança do TCE-RO		
_	Universo de Atuação	6	
	Competências		
	Estrutura Organizacional		
	Organograma	10	
	Cadeia de Valor	- 11	
	Planejamento Estratégico	12	
	Políticas e Programas	17	
	Fortalecimento dos Controles	21	
2	Resultados da Gestão		
	Resultados Financeiros		
	Resultados Qualitativos	31	
	Processos	56	
	Ações Educacionais	60	
3	Conformidade e Eficiência da Gestão)	
	Gestão Orçamentária	75	
	Gestão de Pessoas	79	
	Gestão de Licitações e Contratos	89	
	Investimentos em Infraestrutura	90	
	Gestão de Tecnologia da Informação	91	
	Comunicação e Divulgação Institucional		



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o artigo 49, § 4º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 154/96 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades do 1º Trimestre de 2023, deste Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO, com os resultados alcançados no período.

Esta Corte, no âmbito de sua jurisdição, fundada no seu papel constitucional, que lhe garante os atributos da independência e autonomia, tem a missão de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, de orientar jurisdicionados, de induzir o aperfeiçoamento das políticas públicas e de bem informar a sociedade. Por isso, teve o zelo de detalhar as informações deste relatório, de modo a demonstrar a essa Assembleia Legislativa todas as etapas da gestão desta Corte de Contas para aferição dos resultados, possibilitando ao cidadão, por meio desse Poder Legislativo, o conhecimento e os meios para verificar onde e como estão sendo aplicados os recursos públicos.

Conselheiro **PAULO CURI NETO**Presidente do TCF-RO







Governança do Tribunal de Contas de Rondônia



Órgãos Colegiados Direção Superior

Estrutura
Executiva da
Presidência

Visão Geral da Organização Universo de Atuação

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia foi instituído em 31 de janeiro de 1983, por meio do Decreto-Lei nº 47 do Executivo Estadual, competindo-lhe as funções de auditoria sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

O TCE-RO tem jurisdição privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, dentre outros, toda pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado e/ou Municípios mediante convênio ou instrumento congênere.

Esse universo de atuação do TCE-RO compreende 431 Unidades Jurisdicionadas distribuídas nos poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, economia mista e fundos.







Órgãos Colegiados Direção Superior

Estrutura
Executiva da
Presidência

Visão Geral da Organização Competências

A Constituição Federal de 1988, nos termos dos artigos 70 e 71, confere ao Legislativo o poder de exercer o controle externo da administração pública, o que implica em fiscalizar a boa gestão dos recursos públicos. No exercício desta função, o Legislativo atua com o auxílio do Tribunal de Contas, órgão ao qual se atribui a função de realizar, de maneira técnica e independente, o controle externo da administração pública na busca pelo bem-estar social.

De maneira ampla, a competência dos Tribunais de Contas estende-se a toda governança e gestão pública. definição estratégica à avaliação dos resultados, o controle compreende todos os atos administrativos. qualquer natureza, e possui amplo espectro, que vai da estrita análise da observância legal à verificação da efetividade das medidas adotadas avaliando controle do mérito administrativo - o que abrange, até mesmo, a racionalidade das prioridades e das despesas.

Cabe, portanto, ao Tribunal de Contas verificar o ciclo de governança e gestão. da definição das diretrizes, avaliação e monitoramento. an planeiamento. execução, controle e avaliação resultados. É dizer, a fiscalização pode uma simples verificação conformidade do ato administrativo com a regra até a análise do alcance dos objetivos e da eficiência dos meios utilizados para o alcance dos resultados de interesse público e social - ou, inclusive, a adequação dos objetivos fixados com os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Esse irrestrito campo de atuação atribuído às Cortes de Contas baseia-se na ampla designação de competências artigo estabelecidas nο 70 inúmeras Constituição que, dentre fiscalizações expressamente autorizadas, faz destague à auditoria operacional, à luz da legitimidade e economicidade, cuja sistematizada, em especial, com o artigo 37, reforca a vertente de atuação eficiência. baseada na eficácia efetividade.





Direção Superior

Estrutura
Executiva da
Presidência

Visão Geral da Organização Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está dividida em três níveis de funcionamento: 01. Órgãos Colegiados; 02. Órgãos de Direção Superior; e 03. Estrutura Executiva da Presidência.

01

Os órgãos colegiados são estruturas organizacionais com a função de apreciação e julgamento das contas e de atos e fatos da administração pública estadual e municipal.

O Tribunal Pleno, presidido pelo Presidente do Tribunal de Contas, é integrado por todos os Conselheiros e pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - MPC. As Câmaras são compostas por três Conselheiros, um Conselheiro Substituto convocado em caráter permanente e um representante do MPC indicado pelo Procurador-Geral.

02

Os órgãos de Direção Superior são estruturas que conduzem a instituição, exercendo as funções de direcionamento, avaliação e monitoramento. Exercem essas funções o Conselho Superior de Administração (formado pelos 7 Conselheiros), a Presidência e a Vice-Presidência, a Corregedoria e a Ouvidoria.

03

A Estrutura Executiva da Presidência é composta pelas secretarias e suas unidades operacionais que realizam e fornecem apoio à atividade-fim do TCE-RO. As grandes secretarias são:

- · Secretaria Executiva da Presidência SEEXPRES
- · Secretaria-Geral de Controle Externo SGCE
- · Secretaria-Geral de Administração SGA
- · Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação SETIC
- · Secretaria-Geral de Processamento e Julgamento SGPJ
- · Secretaria-Geral de Planejamento SGP





Visão Geral da Organização Membros

Estrutura
Executiva da
Presidência

O TCE-RO é formado por sete Conselheiros e três Conselheiros Substitutos. O Ministério Público de Contas - MPC, instituição fundamental ao funcionamento do TCE-RO, é composto por cinco Procuradores de Contas.

01

Os Conselheiros do TCE-RO, além de comporem o Tribunal Pleno e formarem as Câmaras, ocupam de forma alternada os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor, Ouvidor, Presidentes de Câmaras e Presidente da Escola Superior de Contas.

Dos sete Conselheiros, três são escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois deles alternadamente dentre Conselheiros Substitutos e membros do MPC. Os outros quatro cargos são de livre escolha da Assembleia Legislativa, observados os critérios constitucionais e legais.

02

Os Conselheiros Substitutos são nomeados pelo Governador do Estado, mediante concurso público de provas e títulos realizado pelo Tribunal de Contas, dentre cidadãos que satisfaçam os mesmos requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro do TCE.

Os Conselheiros Substitutos, além de participarem dos colegiados, substituem os Conselheiros em suas ausências e impedimentos legais ou em caso de vacância de cargo, podendo ser, ainda, convocados para completar o *quorum* no Plenário ou nas Câmaras, por seus respectivos Presidentes.

03

O Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, atualmente, compõe-se de um Procurador-Geral e quatro Procuradores, nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros, bacharéis em Direito, aprovados em concurso público de provas e títulos.





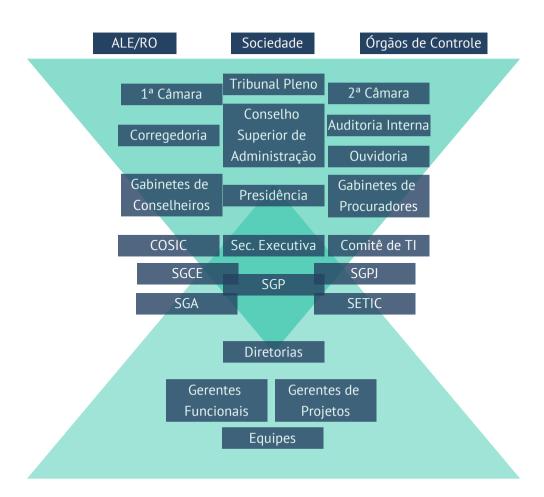
Órgãos Direção
Colegiados Superior

Estrutura
Executiva da

Presidência

Visão Geral da Organização Organograma

O diagrama de pirâmide facilita a compreensão do organograma do TCE-RO, de acordo com as macro funções de governança e gestão. Os órgãos da parte superior exercem as funções de direcionamento, monitoramento e avaliação, enquanto na parte inferior da estrutura estão os órgãos de planejamento, execução e controle dos processos e projetos. No meio, o nível tático exerce funções mistas, ora exercendo papel de direcionamento, ora de execução e controle.







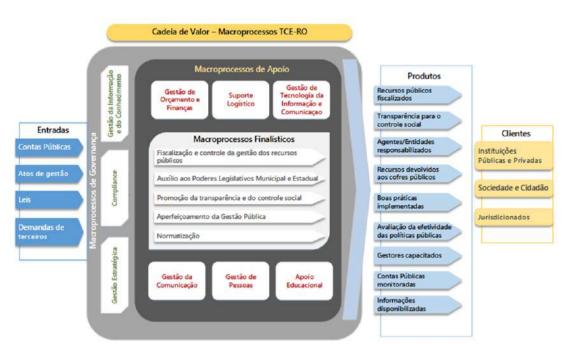
Órgãos Direção
Colegiados Superior

Estrutura
Executiva da
Presidência

1 Visão Geral da Organização Cadeia de Valor

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE-RO têm por fim assegurar eficiência, eficácia e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; responsabilizar por erros e fraudes na gestão dos recursos públicos; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.

Tendo esses propósitos em vista, o TCE-RO estruturou sua cadeia de valor, ferramenta de gestão que estabelece, visualmente, o conjunto de atividades da organização em uma relação que propõe entregar valor aos seus clientes, constituindo uma importante referência para as decisões e diretrizes gerenciais.







Visão Geral da Organização Planejamento Estratégico

Estrutura
Executiva da
Presidência

Processo de definição da estratégia

A construção da estratégia organizacional exigiu reflexões internas sobre quem somos e para que existimos enquanto instituição de controle externo. Nessa autorreflexão, concluímos que os Tribunais de Contas têm não apenas potencial, mas obrigação de impactar a sociedade por meio das ações de controle.

ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Autorreflexão e
Definição de Premissas

De acordo com o princípio 7 da ISSAI 12, as Entidades de Fiscalização Superior devem "contribuir para o debate sobre as melhorias do setor público" com vistas a ser uma "fonte confiável, independente e objetiva de conhecimento e de orientação para apoiar mudanças positivas no setor público."

Isso exigiu que fossem assumidas algumas premissas. A primeira delas é que as nossas atividades devem agregar valor, o que em termos práticos exige que as auditorias estejam associadas ao aprimoramento da governança e gestão dos recursos públicos e a benefícios sociais relevantes, como a ampliação do acesso ou a melhoria da qualidade das políticas públicas.

Em razão disso, tornou-se necessário redefinir o processo de seleção dos objetos de controle, assim como a maneira de implementação das melhores práticas no ciclo de vida das auditorias, tendo como foco "a capacidade de a auditoria agregar valor, por meio de sua contribuição para avaliação e a melhoria da gestão pública" (ISSAI 3000/3.2, 2004).

Foi preciso também dar foco aos problemas sociais mais relevantes. Isso exigiu que olhássemos para fora dos muros da organização a fim de enxergar quais são os principais problemas estruturais enfrentados pela sociedade. E para que isso fosse possível, o processo de definição das prioridades organizacionais foi repensado, a partir do método de plano de mudança referenciado pelo INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa.







Visão Geral da Organização Planejamento Estratégico

Estrutura
Executiva da
Presidência

Metodologia para definição da estratégia

A teoria da mudança propõe atuar progressivamente na resolução de partes conhecidas e relevantes do problema e avaliar constantemente se as iniciativas geraram os resultados esperados.

A teoria da mudança, descrita por uma cadeia de resultados, demonstra como um conjunto específico de produtos organizacionais impacta no problema promovendo bem-estar social.

Essa forma de estruturação da estratégia propicia:

1

Entedimento abrangente de problemas estruturais que afetam a população e a gestão. 2

Diálogo permanente do TCE-RO com especialistas, gestores e organizações.

3

Construção colaborativa com atores externos e internos de soluções testáveis. 4

Balanceamento entre o curto, médio e longo prazo por meio da cadeia de resultados.

Impactar a sociedade por meio da gestão pública.





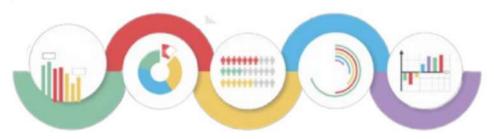
Visão Geral da Organização Planejamento Estratégico

Estrutura
Executiva da
Presidência

Prioridades Estratégicas

As prioridades estratégicas foram definidas a partir de um ciclo que se estruturou sobre dados, apoio de especialistas, evidências científicas e mobilização dos atores-chave:

- DEFINIÇÃO
- **■** MOBILIZAÇÃO
- DETERMINANTES
- SOLUÇÃO (PLANO DE MUDANÇA)
- PROGRAMA DE ATUAÇÃO







Visão Geral da Organização Planejamento Estratégico

Estrutura
Executiva da
Presidência

Prioridades Estratégicas

Como resultado desse processo, a estratégia organizacional foi construída sobre dois eixos. Para cada eixo estratégico foram definidas as prioridades com foco em solucionar problemas públicos relevantes.

EIXO 1

Avaliar as políticas públicas estratégicas para promover bem-estar e preparar a sociedade para o futuro



EDUCAÇÃO

- * Política de Alfabetização
- * Política de acesso à educação infantil
- * Política de busca ativa

SUSTENTABILIDADE

- * Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável
- * Equilíbrio Fiscal e aumento da competitividade do Estado

*Política de busca ativa: ação governamental voltada para identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.





Visão Geral da Organização Planejamento Estratégico

Estrutura
Executiva da
Presidência

Prioridades Estratégicas

EIXO

2

Avaliar a Governança e a Gestão Pública com o viés de fortalecer os mecanismos de integridade e combate à corrupção.



PREVENÇÃO

* Fortalecimento dos Controles Internos (COSO/ERM) de estruturas e processos críticos (folha, obras, aquisições, estoque, serviços terceirizados críticos)



DETECÇÃO/INVESTIGAÇÃO

- * Superfaturamento e inexecução de contratos críticos
- * Sindicância patrimonial para detecção de enriquecimento ilícito



Direção Superior

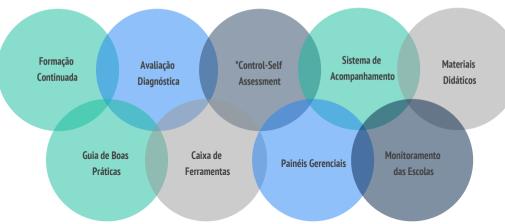
Estrutura
Executiva da
Presidência

Visão Geral da Organização Políticas e Programas

Principais Políticas e Programas em 2023

Programa de Alfabetização

O programa de alfabetização abrangeu nove grandes projetos executados com envolvimento de toda a organização para induzir as redes municipais a adotarem as melhores práticas de governança e gestão com foco na melhoria dos resultados de aprendizagem.



^{*}Control-Self Assessment: ferramenta de auto-avaliação de controle.

<u>GAEPE</u>

Instância de governança hospedada pelo TCE-RO com o objetivo de articular os atores da educação pública no Estado para avaliar, discutir e deliberar sobre questões críticas visando mitigar o impacto da pandemia na educação e melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes.





Direção Superior

Estrutura
Executiva da
Presidência

1 Visão Geral da Organização Políticas e Programas

Principais Políticas e Programas em 2023

<u>Projeto Sistema de Gestão do Desempenho</u>

Com foco em criar uma ferramenta para monitoramento, acompanhamento e avaliação da gestão de desempenho no TCE-RO, foi desenvolvido um sistema que integra as ações estratégicas, setoriais e individuais e calcula, de forma automatizada, os índices de desempenho em toda organização.



Índice Estratégico - Calcula o percentual de execução da estratégia organizacional



Índice Setorial - Calcula o percentual de execução dos Planos Setoriais



Índice Individual - Calcula o percentual de cumprimento das metas individuais

Projeto Caixa de Ferramentas

Os setores, em geral, necessitam aprimorar seus processos de gestão. Considerando isso, foi desenvolvida a caixa de ferramentas - espaço *web* criado para consulta de ferramentas de gestão com templates, tutoriais e arquivos editáveis para uso e cocriação.





Direção Superior

Estrutura Executiva da Presidência

Visão Geral da Organização Políticas e Programas

Principais Políticas e Programas em 2023

<u>Projeto Centro de Custos</u>

A necessidade de aprimorar o processo de planejamento e alocação de recursos orçamentários motivou o início do desenvolvimento de um sistema que faz o controle dos custos das atividades organizacionais, da qestão patrimonial e de contratos.

<u>Projeto Controle Externo Orientado a Dados</u>

A utilização de evidências foi uma das premissas adotadas pelo TCE-RO no ano anterior. Para aprimorar os processos de fiscalização com base em dados, inúmeras estratégias estão sendo adotadas.



Pessoas

Capacitações com o corpo técnico, visando a formação em análise de dados Nível I, pela Escola Superior de Contas.



Dados

Desenho de Requisitos para módulo de consultas do RADAR;

Controle de envio de remessas.





Direção Superior

Estrutura
Executiva da
Presidência

1 Visão Geral da Organização Políticas e Programas

<u>Projeto Sistema de Gestão do MMD/TC</u>

O TCE-RO desenvolveu um sistema de gestão do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, realizado pela ATRICON, para induzir boas práticas de governanca e gestão nos Tribunais de Contas.

Com o sistema, os Tribunais poderão aprimorar o controle e a avaliação de suas boas práticas e a ATRICON analisar em tempo real o nível de aderência aos critérios recomendados.

Política de Gestão de Desempenho Organizacional

O TCE-RO deu um importante passo em 2021 ao iniciar oficialmente a sistemática de gestão de desempenho organizacional.

Nesse primeiro ciclo foram desenvolvidas ferramentas importantes para registro, monitoramento e avaliação da sistemática, para gestão dos *feedbacks* e para controle dos resultados individuais, setoriais e estratégicos. Além disso, foram realizadas formações importantes para criar a cultura para resultados e gestão de desempenho.

Com a sistemática, o TCE-RO, de forma inovadora, passa a fazer a sua gestão com foco em resultados, planejando, executando e controlando o seu desempenho do nível estratégico ao operacional.





Direção Superior

Colegiados Superi

Visão Geral da Organização

Fortalecimento dos Controles

Estrutura Executiva da Presidência

Ouvidoria

O papel da ouvidoria é fomentar o controle social. Nesse sentido, a Ouvidoria do TCE-RO, com base na Lei nº 12.527/11, integra o cidadão à Administração Pública, recebendo pedidos de informação ou comunicados de irregularidades referentes à gestão de recursos públicos por meio do Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria (SICOUV).

Das 144 demandas 95,83% Foram atendidas no trimestre



Cumpre esclarecer que, no âmbito da Ouvidoria, há dois tipos de Pedidos de Informações:

O primeiro, são os pedidos de Informações que compreendem demandas, sem limitação de temática, que não têm a necessidade de fundamentação legal específica para seu requerimento, com prazo para finalização de atendimento em até 30 dias.





Visão Geral da Organização

Fortalecimento dos Controles

Estrutura Executiva da Presidência

Ouvidoria

O segundo, são os pedidos de Informações que compreendem as Solicitações de Acesso de Informações fundamentadas na Lei nº 12.527/2011, produzidas ou custodiadas pelo órgão, relacionadas ao seu funcionamento

Para consecução de seu propósito, a Ouvidoria disponibiliza à sociedade os seguintes canais de acesso: site tcero.tc.br, portal da http://ouvidoria.tce.ro.gov.br (SICOUV - Sistema Informação ao Cidadão e Ouvidoria), e-mail (ouvidoria@tce.ro.gov.br), o aplicativo "Opine aí", os telefones - (69) 3609-6260/0800 645 8750 (WhatsApp), 3609-6261/6262/6263, carta (via correios) e mediante atendimento presencial.

Os pedidos de informações fundamentados na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2012) recebidos no período por meio do Servico de Informações ao Cidadão - SIC, que podem ser realizados de Acesso à Informação (site TCE-RO), e-mail pelo Sistema (i.sic@tce.ro.gov.br), sequem detalhados na tabela abaixo:

Resposta por Seguimento		Recebidas	Atendidas	Indeferidas	Em atendimento
GOUV	20% (1)	5	5	0	0
OUTROS	80% (4)				

Fonte: SICOUV. ¹ Gabinete da Ouvidoria.





Direção

Superior

Visão Geral da Organização

Fortalecimento dos controles

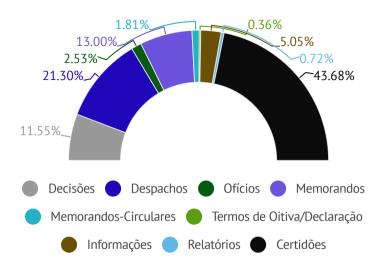
Estrutura Executiva da Presidência

Corregedoria

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia é órgão da administração superior responsável pelo compliance organizacional. com o fim de assegurar que as normas sejam cumpridas e as condutas de seus membros e servidores estejam de acordo com as orientações do Código de Ética.

A Corregedoria exerce, portanto, o papel de reduzir os riscos que atentam contra a integridade e a conformidade da organização, e, com isso, imprimir eficiência e segurança às ações institucionais, seja por meio das correições, processos disciplinares ou estratégias de promoção de valores éticos.

Na seguência são apresentadas, também em números, as principais atividades realizadas no âmbito da Corregedoria no período.







Órgãos Colegiados

Direção Superior

Estrutura
Executiva da
Presidência

Visão Geral da Organização Corregedoria

Elaboração de atos normativos sobre a gestão da disciplina no âmbito do TCE-RO - Foram concluídos os trabalhos de revisão de normativos internos de natureza disciplinar (SEI n. 005616/2022). As minutas de atos normativos que tratam da gestão da disciplina, aplicáveis aos procedimentos disciplinares relativos a servidores e membros do TCE-RO foram submetidas ao rito de aprovação pelo Conselho Superior de Administração - CSA.

Finalização da execução do Plano Anual de Correições - 2022/2023 - A comissão designada pelo Corregedor Geral concluiu os trabalhos previstos no Plano Anual de Correições 2022, aprovado pelo CSA, junto à segunda unidade correcionada: Secretaria-Geral de Controle Externo (SEI n. 004376/2022). A correição foi realizada em 2 (duas) etapas e resultou em proposições voltadas à melhoria de procedimentos internos no âmbito da SGCE; definição de prazos setoriais por produtos relacionados às categorias processuais e na necessidade de afirmação pelo CSA, sobre os limites de competência a serem observados na realização de diligências e demais atos processuais. As propostas de encaminhamento ainda dependem de análise e deliberação do CSA.

Implantação do Sistema de Integridade do TCE-RO - A Corregedoria Geral atua na implantação do sistema em conjunto com a sociedade Pironti Advogados e Consultores Associados, tendo sido encerrada a fase 4 do Plano de Trabalho (SEI n. 006310/2022) neste trimestre, que contempla a proposição de normativos que tratarão de vários aspectos relacionados à gestão da ética e integridade, incluindo a revisão do Código de Ética de servidores e membros do Tribunal; norma comportamental aplicável a procedimentos licitatórios, conflito de interesses, regulamentação de atribuições da unidade responsável pela gestão da integridade e canal de denúncias autônomo para ocorrências de quebra de integridade.

Elaboração do novo Plano Anual de Correições - 2023/2024 - Atendendo às diretrizes regimentais, a Corregedoria Geral elaborou o Plano Anual de Correições definido com base nos riscos inerentes das atividades críticas sob a supervisão da unidade, a relevância (avaliação de impacto/probabilidade) dos objetos/unidades de correição a serem selecionados (SEI n. 01571/2023 – PCe n. 00585/23). A partir do mapeamento e avaliação dos impactos considerados relevantes e significativos para o Tribunal, em termos reputacionais, operacionais e estratégicos, serão apresentados ao CSA os objetos de correição e unidades a serem correcionadas.



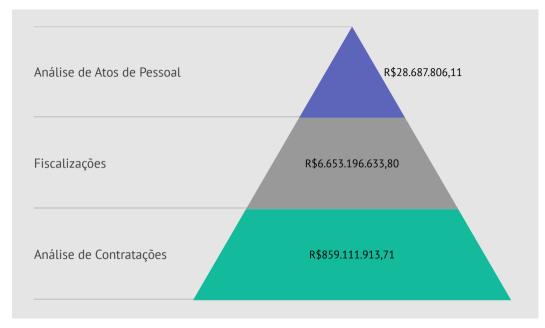




Neste tópico, apresentaremos de forma resumida as principais informações sobre os benefícios gerados pelo TCE-RO à Sociedade.

Resultados Financeiros

A atuação do TCE-RO no 1º trimestre de 2023 resultou na fiscalização de R\$ 7.540.996.353,62



Com base nesse resultado de R\$ 7.540.996.353,62, e considerando os gastos com a manutenção do Tribunal no 1º trimestre de 2023, que totalizou R\$ 39.056.791,66, podemos afirmar que para cada R\$ 1,00 investido no TCE-RO, a sociedade viu ser fiscalizado R\$ 193,07.

Em outras palavras, o TCE-RO fiscalizou o equivalente a

193 VEZES as despesas executadas no período.





Neste tópico, apresentaremos de forma resumida as principais informações sobre os benefícios gerados pelo TCE-RO à Sociedade.

Resultados Financeiros

Quanto a ações de controle, o TCE-RO realiza fiscalizações e análise de contratações e de atos sujeitos a registros.

Destaca-se que as fiscalizações abrangem os seguintes instrumentos: **auditoria**, **inspeção**, **acompanhamento e monitoramento**. Já as análises de contratações decorrem de processos de **denúncias**, **representações**, **análise de editais**, entre outros.

Quanto aos tipos de fiscalizações, cabe esclarecer que:

Acompanhamento é instrumento de fiscalização que visa examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas sujeitos a sua iurisdicão.

Monitoramento é instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Quanto às áreas de atuação, verifica-se que nesse trimestre a maioria diz respeito as Contas Públicas, com 46 fiscalizações. As demais áreas que receberam fiscalizações estão dispostas no gráfico "Quantidade de Fiscalizações por Área", na sequência.

Em termos de volume de recursos fiscalizados por área, o destaque foi para Administração/Contas de Gestão, representando cerca de 6,6 bi, como demonstrado no gráfico "Valor Fiscalizado por Área".





Resultados Financeiros

Foram realizadas 48 fiscalizações concluídas, totalizando

R\$ 6.653.196.633.80 em recursos fiscalizados.







Administração/Contas de Gestão





Resultados Financeiros

Além das fiscalizações, o TCE-RO analisou inúmeros contratos públicos, abrangendo o valor de **R\$ 859.111.913,71** em recursos fiscalizados nesta modalidade





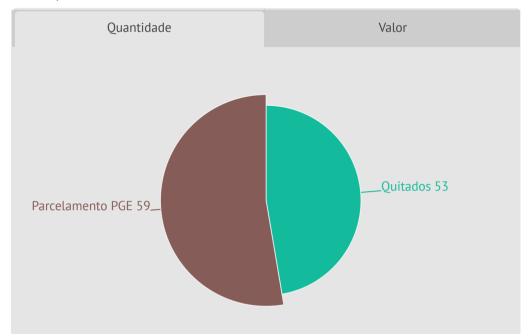


Resultados Financeiros

Outro importante resultado está relacionado aos débitos e multas imputados pelo TCE-RO: no 1º trimestre, ao todo, por meio de 112 medidas de cobrança, foram quitados mais de 600 mil reais, além de aproximadamente 500 mil reais em parcelamento.

Cabe evidenciar que o débito imputado e a multa cominada deverão ser recolhidos em favor da pessoa jurídica de direito público contra a qual se praticou a irregularidade. Somente as multas cominadas por irregularidades praticadas contra a Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Estado serão recolhidas em favor do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado (FDI/TC).

Quitações e Parcelamentos







Resultados Qualitativos

A atuação do TCE-RO, muito além de gerar benefícios financeiros à Sociedade - prevenindo o uso indevido dos recursos, ou mesmo, garantindo a reparação dos cofres públicos -, também gera resultados qualitativos importantes na gestão e na governança pública para solucionar problemas públicos relevantes.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As atividades desenvolvidas pela Secretaria-Geral de Planejamento - SGP, que contemplam o Eixo estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável, tiveram como foco compreender de maneira mais aprofundada o processo de desmatamento ilegal, especialmente nas Unidades de Conservação do Estado de Rondônia. Para tanto, foram analisados dados de desmatamento relativos aos últimos 10 anos nas 49 Unidades de Conservação estaduais, que contou com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM e originários de diversas bases públicas, além do Relatório Anual de Desmatamento, divulgado anualmente pelo MapBiomas.

Os dados analisados, entre relatórios, auditorias, pesquisas, notícias, legislação, catalogação de sistemas, de organizações da sociedade civil que atuam na temática ambiental e de desmatamento, foram compilados e constituem base de consulta para orientar a compreensão dos aspectos que norteiam o assunto "desmatamento ilegal", especialmente em Unidades de Conservação.



Resultados Qualitativos



No primeiro trimestre de 2023, as ações relacionadas ao Eixo de Desenvolvimento Sustentável, contemplado no Planejamento Estratégico do TCE-RO e no Plano de Área da Secretaria-Geral de Planejamento, centraramse em estruturar os primeiros dados espaciais a partir do uso de geotecnologias, gerando também a primeira base de dados dessa natureza para o TCE-RO, marco importante na atuação dos órgãos de controle a partir destas informações.

Ao mesmo tempo, os diálogos com órgãos parceiros do Poder Executivo foram estreitados, por meio da realização de visitas técnicas e formulação de planos de trabalho para os Acordos de Cooperação assinados, proporcionando maior alcance no tocante às ações por eles implementadas e construindo um novo caminho para o acesso a dados restritos.

Por fim, e sendo apenas um ponto de partida, foi estruturado e apresentado o "Plano de Controle para a Sustentabilidade", instrumento que retrata as estratégias planejadas pela equipe da SGP para todo TCE-RO, desenhando um novo modelo de atuação para os órgãos de controle nas temáticas desenvolvimento fundiário e ambiental.



Resultados Qualitativos



A HUB Geodados está sendo estruturada com base em dados de bases públicas, cujas informações estão sendo analisadas e correlacionadas por meio da ferramenta gratuita QGIS - Sistema de Informações Geográficas.

Dentre os dados espaciais baixados destacam-se: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR; Limites de Unidades de Conservação Estaduais e Federais; Terras indígenas; Alertas de desmatamento; Base Fundiária, entre outros.

As primeiras análises já estão sendo realizadas pela equipe técnica da SGP, que destacou alguns temas específicos para combinar dados espaciais com a atuação de órgãos de fiscalização ambiental e territorial.

As análises resultarão em relatório do tipo infográfico, capaz de traduzir a realidade territorial do estado em aspectos fundiários e ambientais, adstrito, inicialmente, a Unidades de Conservação Estaduais.

A construção do infográfico está sendo feita em parceria com a Assessoria de Comunicação - ASCOM.

Parcerias e Termos de Cooperação

O modelo de atuação construído pela SGP tem sido pautado pelo diálogo e aproximação com órgãos e instituições que geram dados e conhecimento. Acredita-se que a realização de trabalhos conjuntos pode ser útil para identificar as fragilidades das políticas públicas atuais, compreender as mudanças necessárias e construir novos conhecimentos e possibilidades por meio da obtenção de dados junto a tais órgãos.





Resultados Qualitativos



Com base nessa aproximação, foi possível firmar parceria (Acordo de Cooperação Técnica - ACT nº 23/23) com a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia - IDARON, a qual assinou recentemente Termo de Cooperação com o TCE-RO, estando o Plano de Trabalho em fase de elaboração pela equipe técnica.

Da mesma forma, a parceria (Acordo de Cooperação Técnica - ACT nº 8/22) com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, está em fase final de elaboração e aprovação do Plano de Trabalho, a fim de que os dados oriundos daquela pasta sejam compartilhados de maneira intermitente com o TCE-RO, contribuindo sobremaneira para as análises territoriais e ambientais promovidas no âmbito da HUB de geodados.

Outro ponto de destaque foi a adesão à Rede Brasil Mais, um programa oriundo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que permite o acesso e compartilhamento das imagens de satélites diárias adquiridas pela constelação PlanetScope, composta por mais de 180 satélites, fornecidas no âmbito do contrato celebrado entre Polícia Federal e a Santiago & Cintra Consultoria – SCCON.

O programa possibilita elaborar *dashboards* a partir de alertas de detecção de mudanças na cobertura vegetal, por meio da análise de imagens geradas pelos satélites, o que trará ainda mais elementos de análise para os projetos desenvolvidos no âmbito da SGP.





Resultados Qualitativos



Plano de Controle Ambiental

Ao final do mês de março, foi encaminhado à avaliação superior o "Plano de Controle para a Sustentabilidade", instrumento que retrata as estratégias planejadas pela equipe da SGP para todo TCE-RO, desenhando um novo modelo de atuação para os órgãos de controle nas temáticas desenvolvimento fundiário e ambiental

O Plano traz diretrizes a serem priorizadas, com o objetivo de fortalecer a governança ambiental do Estado de Rondônia, eliminar o desmatamento e a exploração florestal ilegal, e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico do Estado.



Resultados Quantitativos



Entregas relacionadas ao Eixo de Desenvolvimento Sustentável

Nos primeiros meses do exercício de 2023, mais especificamente janeiro e fevereiro, diversas reuniões internas de equipe resultaram em alguns instrumentos de planejamento para as entregas relacionadas ao Eixo Desenvolvimento Sustentável, com a definição de produto, objetivos, requisitos, equipe e previsão temporal.

Entregas Tecnológicas/Construção de Base de Dados Espaciais

Foram realizadas tratativas com alguns órgãos federais, com o propósito de que o servidor Luís Fernando Bueno, especialista em tecnologia da informação, e lotado no CENSIPAM, pudesse integrar a equipe da SGP, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, a fim de viabilizar as entregas tecnológicas e a construção da base de dados espaciais.

Visitas Técnicas

Foram ainda realizadas visitas técnicas na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM; no Batalhão de Polícia Ambiental - BPA e na Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia - IDARON, no intuito de conhecer os trabalhos realizados por essas pastas nas questões relacionadas ao monitoramento e desmatamento em Unidades de Conservação.



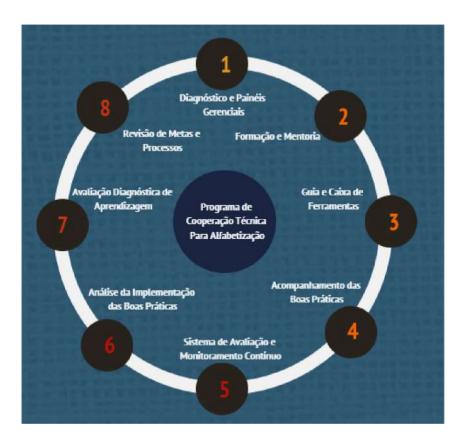




Resultados Qualitativos

EDUCAÇÃO

A política de alfabetização também tem sido uma das prioridades estratégicas do TCE-RO. Em 2021, foi dado início à execução do programa, que tem como foco aperfeiçoar os processos de gestão e governança das redes para melhorar os índices de alfabetização nos municípios. O programa é composto por oito projetos:





Resultados Qualitativos



Como resultados do programa de alfabetização, o TCE-RO tem induzido melhorias nos seguintes aspectos:



Organização e análise de dados



Criação de Painéis Gerenciais



Avaliação Diagnóstica



Definição de Currículo e de concepção de alfabetização



Definição das Diretrizes Estratégicas



Formação Continuada



Monitoramento e Avaliação de Resultados







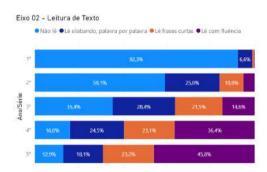
Resultados Qualitativos

Na organização e análise de dados, foram criados os fluxos de obtenção e tratamento de dados e a geração de informações por meio de Bls.

Total pro Nation | Total proposed | Tota

Por meio da avaliação diagnóstica, em que mais de 53 mil alunos foram avaliados, foi possível identificar os principais *gaps* de aprendizado e induzir a implementação de estratégias de recuperação da aprendizagem.

Comhase nο sistema de monitoramento mensal de alfabetização. é feito acompanhamento da evolução dο aprendizado de mais de 23 mil estudantes



Além disso, através do programa de formação das redes, mais de 700 profissionais estão sendo formados continuamente









Resultados Qualitativos

Visão Geral

No primeiro trimestre de 2023, a Escola Superior de Contas, com o apoio da SEPLAN promoveu diversas ações de capacitação para as redes que participam do Programa de Acompanhamento da Política de Alfabetização na Idade Certa - PAIC. Um destaque importante foi o início das atividades do PAIC nos blocos IV, V, VI e VII¹, além das formações continuadas de Porto Velho, Blocos I, II e III. Aconteceu a premiação das "Escolas Destaque" nas avaliações do SAERO, sendo que 8 das 10 melhores escolas do 2º ano do Ensino Fundamental fazem parte das primeiras redes a aderirem ao PAIC, em 2021. Ademais, foram realizadas visitas técnicas fundamentais para a implantação do Sistema PAIC de Acompanhamento das Aprendizagens.

Acões Realizadas

FORMAÇÕES PRESENCIAIS CONTINUADAS DE PORTO VELHO E DOS BLOCOS I, II E III

O primeiro encontro formativo do ano direcionado aos profissionais da rede municipal de **Porto Velho** ocorreu nos dias 06 e 07 de fevereiro.

Bloco VII - Municípios: Buritis, Campo Novo, Vale do Anari e Candeias do Jamari.



¹ Bloco IV - Municípios: Chupinguaia, Vilhena, Pimenteiras do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Colorado do Oeste e Corumbiara;

Bloco V - Municípios: Guajará Mirim e Nova Mamoré;

Bloco VI - Municípios: Costa Marques, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Nova Brasilândia do Oeste, Alvorada do Oeste e Mirante da Serra;





Resultados Qualitativos

A finalidade é garantir a qualidade na formação em serviço dos servidores da educação de forma continuada, com cronograma de formações direcionado ao planejamento e execução da alfabetização, orientando, também, a equipe de formação da Secretaria para as formações continuadas com os professores das turmas de 1º, 2º e 3º anos, bem como explicitar pontos que poderiam ser levantados como questões pelos professores. A participação foi de 353 educadores e teve como foco dar seguimento às pautas que tratam sobre o processo de implementação da Política de Alfabetização nas escolas por meio da parceria com o TCE-RO.

Dando sequência às ações formativas presenciais, entre os dias 02 e 04 de fevereiro ocorreu o primeiro encontro formativo do ano direcionado às redes do **Bloco I**. A formação contou com a participação de 457 profissionais, e visou retomar os eixos dos materiais de formação, sobretudo do caderno do estudante, a sistemática de acompanhamento, o registro de coleta, a Ficha de Leitura, Escrita e Oralidade - FLEO, o Cartaz de Acompanhamento de Livros Lidos - CALL, além de promover o diálogo sobre os resultados das provas externas e abordar as propriedades da alfabetização das redes.

As ações formativas presenciais do **Bloco II** aconteceram entre os dias 08 e 10 de fevereiro e contaram com a participação de 358 profissionais.

Já no **Bloco III**, realizaram-se as formações com 289 profissionais, entre os dias 14 e 16 de fevereiro.







Resultados Qualitativos

FORMAÇÕES PRESENCIAIS DE ABERTURA DOS BLOCOS IV, V, VI, E VII DO PAIC EM RONDÔNIA: PROMOVENDO A ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O PAIC realizou as formações presenciais de abertura dos **Bloco IV** de 14 a 17 de março, **Bloco V** de 13 a 15 de março, **Bloco VI** de 06 a 08 de março, e **Bloco VII** de 20 a 22 de março, nas cidades-polo de cada conglomerado de municípios (Vilhena, São Miguel do Guaporé, Nova Mamoré e Ariquemes). O público-alvo da capacitação foi composto por secretários municipais de educação, coordenadores do PAIC nas redes municipais, diretores, coordenadores pedagógicos e professores que atuam nas turmas de alfabetização. Ademais, a formação contou com a presença massiva de autoridades, como prefeitos, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reforçando a importância do programa para a melhoria da educação de nosso Estado.

Durante os dias de formação, em cada Bloco, foram ministrados dois temas centrais: a apresentação do Programa e a sistemática de seu acompanhamento. No primeiro dia, foram apresentados aos participantes o histórico e as diretrizes do PAIC, destacando a importância da alfabetização na idade certa. As formadoras explicaram também a metodologia utilizada para a formação dos professores, bem como o papel do coordenador pedagógico no acompanhamento das turmas de alfabetização.

Os participantes também tiveram acesso às informações sobre a Sistemática de Acompanhamento do Programa, que tem como objetivo acompanhar o desempenho dos alunos e ofertar devolutivas pedagógicas qualificadas. As formadoras apresentaram o Sistema PAIC de Acompanhamento das Aprendizagens (FLEO e CALL) e mostraram como os dados coletados são utilizados para aprimorar as ações do PAIC nas escolas.







Resultados Qualitativos

Ao todo, 902 profissionais foram formados, oriundos de 20 municípios do Estado. A formação é um importante passo para garantir a efetividade do Programa de Alfabetização na Idade Certa em todo o Estado de Rondônia, tendo em vista que, para que o programa alcance seus objetivos, é fundamental que os profissionais da educação estejam capacitados e atualizados. Com as formações presenciais de abertura dos Blocos IV, V, VI e VII, o PAIC demonstra o compromisso com a formação dos profissionais da educação e com a melhoria da qualidade da educação ofertada nas Escolas Públicas do Estado.

SEMINÁRIO DE RESULTADOS E PRÊMIO "ESCOLA DESTAQUE" DO SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDÔNIA - SAERO

No último dia 23 de março, aconteceu o Seminário de Resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação de Rondônia - SAERO. O evento, realizado no Palácio das Artes, teve como objetivo apresentar os resultados do SAERO aos gestores e profissionais da educação do Estado, além de discutir estratégias para aprimorar o ensino na rede pública. Mais de 300 participantes, entre secretários de educação, técnicos pedagógicos, gestores escolares e professores, estiveram presentes, representando todos os municípios do Estado.

O Seminário contou com a presença massiva de autoridades, como prefeitos, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, reforçando a importância das avaliações em larga escala para a melhoria da educação em Rondônia. O evento também teve como objetivo a premiação das "Escolas Destaque" no exame, reconhecendo 10 escolas de cada ano escolar que promovem excelência com equidade.







Resultados Qualitativos

Um dos pontos altos do Seminário foi a apresentação dos resultados do SAERO, que mostraram as lacunas de aprendizagem presentes em cada uma das etapas avaliadas.

Os gestores e profissionais da educação puderam conhecer em detalhes as matrizes e escalas do exame, permitindo que eles possam utilizar essas informações para aprimorar a prática pedagógica, e, assim, melhorar ainda mais os resultados nas próximas avaliações.

Durante o evento, também foi destacado o sucesso do PAIC, que teve 08 das 10 melhores escolas do 2º ano do Ensino Fundamental reconhecidas como "Escolas Destaque". Esse resultado reforça a qualidade e eficácia do programa, que tem como objetivo alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental, garantindo assim uma base sólida para o aprendizado futuro.

O Seminário de Resultados do SAERO foi, portanto, uma oportunidade única para que gestores e profissionais da educação de Rondônia pudessem conhecer de perto os resultados das avaliações em larga escala, discutir estratégias para aprimorar o ensino na rede pública e, acima de tudo, celebrar as conquistas já alcançadas.

O evento reforça a importância de investir em políticas educacionais efetivas e de qualidade, como o PAIC, para que possamos garantir um futuro melhor para as crianças e jovens do Estado.







Resultados Qualitativos

VISITA TÉCNICA ÀS REDES PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PAIC DE ACOMPANHAMENTO

No Estado de Rondônia, o Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa - PAIC tem como objetivo principal garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até o 3° ano do Ensino Fundamental. Para alcançar esse objetivo, o programa prevê diversas ações de acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos alunos nas escolas municipais.

Nesse sentido, uma das iniciativas do PAIC neste trimestre são as visitas técnicas, realizadas pela Coordenação do Programa, às Secretarias Municipais de Educação. Nessas visitas são oferecidos treinamentos aos coordenadores do programa nas redes municipais e aos gestores e supervisores escolares para a implantação do Sistema PAIC de Acompanhamento das Aprendizagens. Essas visitas têm como objetivo principal orientar as equipes municipais sobre a utilização dos dados do sistema para a realização do acompanhamento dos resultados e aprimoramento das devolutivas pedagógicas aos professores, além de promover capacitações e treinamentos para os gestores escolares.

Durante as visitas técnicas, os profissionais envolvidos têm a oportunidade de esclarecer dúvidas, compartilhar experiências e receber orientações específicas sobre como utilizar o sistema de acompanhamento da aprendizagem de forma eficaz e eficiente. Essa iniciativa do PAIC é uma importante ferramenta para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas municipais, uma vez que permite o acompanhamento do desempenho das turmas e a identificação de possíveis dificuldades de aprendizagem.







Resultados Qualitativos

PROPOSTA

Em março, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia apresentou à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC uma proposta de apoio técnico para a institucionalização da Política de Alfabetização na Idade Certa em Regime de Colaboração.

A parceria entre as instituições tem por objeto estabelecer a cooperação técnica entre as partes, visando a implementação do Programa de Alfabetização na Idade Certa em Regime de Colaboração nas Escolas Públicas de Rondônia.

A cooperação técnica do TCE-RO para apoiar a implementação do Regime de Colaboração do PAIC será realizada em etapas, de acordo com o cronograma a ser definido pelas partes, com as seguintes ações:

- Definir o conjunto de normas para institucionalização e execução do regime de colaboração.
- Estabelecer a estrutura de governança para o PAIC, definindo as responsabilidades dos atores envolvidos.
- Criar política de incentivos para as escolas que apresentarem bons resultados no processo de alfabetização, com o objetivo de estimular o engajamento das comunidades escolares no processo de ensino-aprendizagem.







Resultados Qualitativos

- Estruturar a frente de suporte pedagógico, prevendo apoio técnico-pedagógico às escolas com baixos índices de alfabetização, com o objetivo de garantir que todas as crianças tenham acesso a educação de qualidade.
- Estabelecer política de formação continuada para professores e gestores das escolas envolvidas no PAIC, visando aprimorar as práticas pedagógicas e garantir educação de qualidade para todos os alunos.
- Estabelecer política de formação continuada para formadores das regionais e das redes municipais, visando aprimorar as práticas pedagógicas e garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.
- Criar bolsas para coordenadores e formadores do programa, com o objetivo de garantir a qualidade da formação continuada e o acompanhamento efetivo das escolas.
- Realizar, anualmente, conforme regulamentação prevista, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação SAERO, com o objetivo de avaliar os resultados do PAIC e subsidiar ações de melhoria contínua.
- Realizar, conforme regulamentação prevista, a distribuição da cota parte do ICMS dos municípios com base nos resultados do SAERO.
- Estruturação da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios para Desenvolvimento da Aprendizagem na Idade Certa COPEM e as Regionais de Ensino, com o objetivo de promover a articulação e a integração entre as equipes envolvidas no PAIC.
- Por fim, celebrar o Termo de Parceria PAIC com os municípios, com o objetivo de formalizar o compromisso das partes envolvidas na implementação do programa. O termo estabelecerá as responsabilidades dos municípios na implementação do programa.







Resultados Qualitativos

O Regime de Colaboração tem como propósito criar um arranjo colaborativo entre Estado e municípios para execução da política de alfabetização. Isso exige distribuição de responsabilidades técnicas e financeiras para execução articulada de ações estratégicas para o funcionamento eficiente da política.

O apoio técnico oferecido pelo TCE-RO inclui a elaboração de estudos e diagnósticos, a realização de encontros técnicos, o suporte na estruturação das normativas que regulamentam a política e o acompanhamento das atividades de formação. A proposta visa, ainda, promover uma maior articulação e integração entre os entes federados, além de garantir a implementação de uma política pública de alfabetização com qualidade e efetividade.

A formalização dessa parceria entre o TCE-RO e a SEDUC deve ocorrer em breve, por meio da assinatura de um Termo de Cooperação. A iniciativa representa um importante passo para a consolidação de uma política de alfabetização de qualidade para todas as crianças rondonienses, assegurando o direito à educação e garantindo uma formação adequada aos estudantes do Estado.

PROJETO AUTOAVALIAÇÃO DOS COMPONENTES DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Durante os meses de janeiro e fevereiro foi disponibilizado às redes municipais um questionário eletrônico para autoavaliação dos componentes da política de alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental.







Resultados Qualitativos

O objetivo principal deste trabalho é dar continuidade e permanência ao mapeamento, iniciado em 2021, de como as políticas públicas, com foco na alfabetização, são implementadas pelas redes municipais, com base em boas práticas consideradas determinantes para o aprendizado dos estudantes.

Nesta edição, todas as redes participaram do projeto, respondendo ao questionário, composto por aproximadamente 200 itens sobre: Gestão Orientada para Resultados; Avaliação e Monitoramento; Contratação, Seleção e Lotação de Profissionais; Formação Inicial e Continuada; Política de Incentivos; Currículo; Material Didático; Articulação Política; e Educação Infantil.

Uma das principais finalidades foi conduzir os gestores em um processo de autoavaliação sobre o que precisa ser aprimorado em suas políticas para alavancar os resultados da alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental nos municípios.

A partir desse projeto, o TCE-RO dispõe de informações relevantes sobre os elementos da política que requerem maior atenção da gestão municipal para planejar ações que visem cooperar com o gestor público para melhoria de seus processos. Fruto disso, foi a elaboração de relatórios individuais, em parceria com a consultoria educacional, para cada uma das redes, consolidando os resultados, por eixo, e permitindo que os gestores educacionais compreendam o que precisa ser implementado ou aprimorado na política de alfabetização nos anos iniciais, de forma estruturada.







Resultados Qualitativos

Em cada relatório é possível analisar com mais detalhes a gestão da alfabetização nas redes e recomendar quais medidas precisam ser adotadas pelos gestores em curto, médio e longo prazo.

A partir dos relatórios encaminhados às redes municipais, o TCE-RO, em parceria com uma consultoria educacional, auxiliará os gestores municipais na elaboração de seus planos de ação, visando o aprimoramento dos eixos que apresentaram os mais frágeis resultados na Política de Alfabetização. Esses planos serão acompanhados ao longo de todo o ano por meio de reuniões técnicas e do comitê gestor, que irá monitorar a implementação das ações propostas, fornecendo suporte e orientação para que as metas sejam alcançadas

ELABORAÇÃO DO CAPÍTULO SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO QUE SERÃO INCLUÍDAS NA ANÁLISE DAS CONTAS MUNICIPAIS

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia tem como objetivo fiscalizar e orientar as contas públicas do Estado, e uma das áreas que está recebendo atenção especial é a educação. Para aprimorar essa fiscalização, o TCE-RO elaborou um capítulo sobre a avaliação das políticas de alfabetização, que será incluído na análise das contas municipais.

A inclusão dessas informações tem como objetivo avaliar a eficácia das políticas de alfabetização implementadas pelos municípios do Estado. Para isso, serão considerados os resultados do Sistema PAIC de Acompanhamento das Aprendizagens, que monitora a evolução dos alunos em relação à alfabetização.







Resultados Qualitativos

Também serão avaliados os resultados da Autoavaliação da Política de Alfabetização e do Sistema Permanente de Avaliação da Educação de Rondônia - SAFRO

Com essa iniciativa, o TCE-RO busca aprimorar a qualidade da educação no Estado, garantindo que as políticas de alfabetização sejam implementadas de forma eficaz e que os alunos tenham acesso à educação de qualidade.

Além disso, a inclusão dessas informações na análise das contas municipais também traz mais transparência e informações para o aprimoramento da gestão da política aos gestores públicos.





Encontros Formativos

Foram realizados, no trimestre, 8 encontros formativos (1 para Porto Velho, 1 para o Bloco I, 1 para o Bloco II, 1 para o Bloco III, 1 para o Bloco IV, 1 para o Bloco V, 1 para o Bloco VI e 1 para o Bloco VII). Ao todo foram capacitados mais de 2 mil profissionais, entre professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares.



8 encontros formativos



? 2.173 profissionais da educação

participaram das formações em Porto Velho e nos Blocos I, II, III, IV. V. VI e VII





Redes no Programa de Alfabetização na Idade Certa do TCF-RO



Programa Alfabetização na Idade Certa 111 escolas em Porto Velho

47 escolas no Bloco I

32 escolas no Bloco II

43 escolas no Bloco III

76 escolas nos Blocos IV, V, VI e VII



+39.000

estudantes beneficiados







Resultados Qualitativos

Além dos benefícios gerados à educação por meio do programa de alfabetização, outras ações foram desenvolvidas com o propósito de melhorar os processos de gestão e governança pública com foco em resultados. Aqui, de forma resumida, serão sistematizados apenas os principais benefícios efetivos e potenciais gerados pela atuação do TCE-RO.

Infraestrutura de estradas e 01 rodovias 02 Administração 03 Saúde Infraestrutura rodoviária



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÓNIA

Resultados Qualitativos

INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS E RODOVIAS

Processo	Problema	Benefícios
00601/23	Possíveis falhas na aplicação dos recursos do Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação.	Identificar as causas de falhas na aplicação dos recursos do Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação; Promover a melhoria das estradas de rodagem estaduais; Eliminar desperdícios ou redução de custos administrativos; Apresentar a visão global do Programa; Aperfeiçoar a estruturação do programa.

ADMINISTRAÇÃO

Processo	Problema	Benefícios		
00026/23 00388/23 00673/23	Possíveis repasses mensais dos duodécimos destinados ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em desacordo com os percentuais estabelecidos na LDO estadual.	Garantir a autonomia administrativa e financeira aos Poderes e Órgão Autônomos; Aperfeiçoar a gestão de riscos e de controles internos; Aumentar a transparência da gestão; Zelar pela manutenção dos serviços prestados.		
02852/22 02851/22	Deficiências nos procedimentos de compra de passagens e emissão de diárias no município de Ji-Paraná.	Melhorar os processos de trabalhos desenvolvidos pela municipalidade; Aperfeiçoar os controles internos; Aumentar o grau de confiança dos resultados apresentados pela Administração; Aumentar a transparência da gestão.		

SAÚDE

Processo	Problema	Benefícios
02531/22 02481/22	Deficiência relacionada a infraestrutura e manutenção predial da edificação das unidades hospitalares.	Contribuir com a melhora da qualidade dos hospitais estaduais de Rondônia em termos de infraestrutura e manutenção predial; Induzir o estabelecimento de política de manutenção predial.







Resultados Qualitativos

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

Processos	Problema	Benefícios	
02079/22 02080/22 02085/22 01426/22 01427/22 02084/22	Existência de deficiências na execução de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado à quente - CBUQ, drenagem e sinalização rodoviária na rodovia RO-370 (Rodovia do Boi).	Regular execução do contrato; Melhorar a prestação de serviços de infraestrutura rodoviária; Ampliar os serviços prestados.	
	Account Activity Account Activity		
	Mediping Manager State of the Control of the Contro	Teach Teac	
	-	三 田	



Neste tópico, apresentaremos de forma resumida as principais informações sobre os resultados da gestão de processos do TCE-RO.

Processos

No TCE-RO são processados e julgados milhares de processos, por meio dos quais a gestão pública é fiscalizada. No período:



4 809

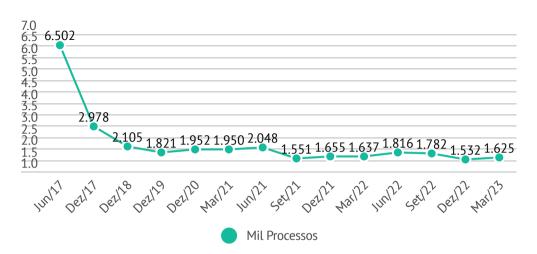
Processos autuados



832

Processos Julgados

Análise histórica do Estoque de Processos



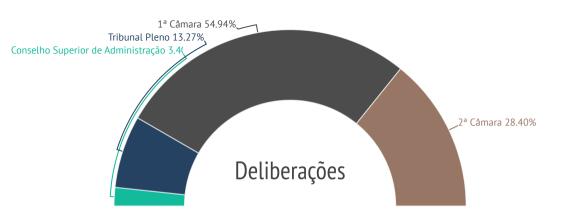






Processos

No TCE-RO, as decisões são tomadas monocraticamente pelos Conselheiros ou de forma colegiada pelo Conselho Superior de Administração, Tribunal Pleno ou pelas Câmaras. Abaixo seguem os números das decisões colegiadas.





318
Acórdãos



Pareceres Prévios



1 Resolução



Instruções Normativas







Processos

Além das decisões colegiadas, já destacadas, também são tomadas decisões monocraticamente pelos Conselheiros. Abaixo seguem alguns dados.



6 Decisões Monocráticas com valores prevenidos

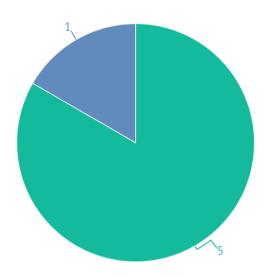


89.808.438,16

Montante dos valores prevenidos

Ouantidade

Valores Prevenidos





Irregularidades nos pagamentos de subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários





Processos

O Tribunal de Contas monitora, aprecia e julga as contas públicas, com vistas a avaliar se os recursos foram aplicados corretamente. No trimestre, o TCE-RO julgou 20 processos de prestação de contas, cujos resultados são apresentados abaixo:

Reconhecer prescrição	Prescrição da pretensão ressarcitória	Cumprimento do acórdão 1	Extinguir o processo sem resolução do mérito 1	Extinguir o feito com exame de mérito
Regular com ressalva	Irregular ²	Cumprimento integral de decisão Irregular com imputação de débito 1 Regula 1		Irregular com Imputação de multa 1
3	Irregular com imputação de débito e multa ²			Regular 1

Ainda no período, o TCE-RO apreciou 5 processos de prestação de contas e tomada de contas em que o prefeito figura como ordenador de despesas, tendo sido proferidos pareceres prévios conforme gráfico abaixo:

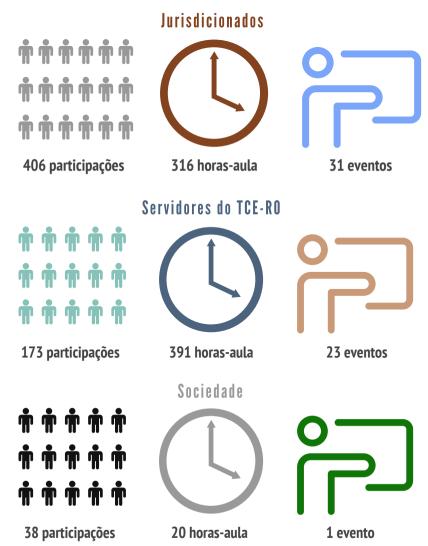






<u>AÇÕES EDUCACIONAIS</u>

No trimestre, a ESCON disponibilizou **55 ações educacionais** aos servidores do TCE-RO, jurisdicionados e à sociedade, com o equivalente a **727 h/a horas-aula** de estudo, permitindo a efetiva participação de **617 representantes** dos jurisdicionados e servidores do TCE-RO, e 38 da sociedade.







<u>AÇÕES EDUCACIONAIS</u>

TEMAS MAIS PRESENTES NOS EVENTOS E AÇÕES EDUCACIONAIS



24

Licitações e Contratos Educação e Docência Auditoria e Fiscalização Gestão Pública Informática e Dados

COMPETÊNCIAS MAIS REINCIDENTES NAS AÇÕES E EVENTOS EDUCACIONAIS PROMOVIDOS



72Competências

Jurídicas Essenciais
Jurídicas
Direito Administrativo
Aquisições Públicas
Operac. de Licitações

MODALIDADE

23 EAD 32 PRESENCIAIS MOTIVAÇÃO

26 DEMANDAS **29**

DEMANDAS EMERGENTES PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO





Neste tópico, apresentaremos de forma resumida a execução das metas estratégicas e setoriais ao final do ciclo.

<u>Metas Estratégicas</u>

A cada ciclo de desempenho (abril-março) são definidas as metas de execução estratégica. No ciclo 2022/2023 foram definidas 27 ações estratégicas, desdobradas em inúmeras macroatividades (entregas).



Ao final do ciclo, o TCE-RO havia executado 96,3% das acões estratégicas

Das 27 ações, 26 foram executadas, dentre as quais, as relacionadas ao aprimoramento da política de alfabetização, como o desenvolvimento de sistema de acompanhamento de indicadores de aprendizado, o apoio para realização da avaliação diagnóstica (SAERO), as formações continuadas dos profissionais das redes municipais de educação e todas as ações para aprimoramento da gestão das políticas de alfabetização.

A única ação não realizada no ciclo foi a de apoiar as redes municipais na elaboração de programa orçamentário para assegurar recursos para as políticas de alfabetização. Mas, em razão de sua relevância, foi novamente prevista para acontecer no próximo exercício.



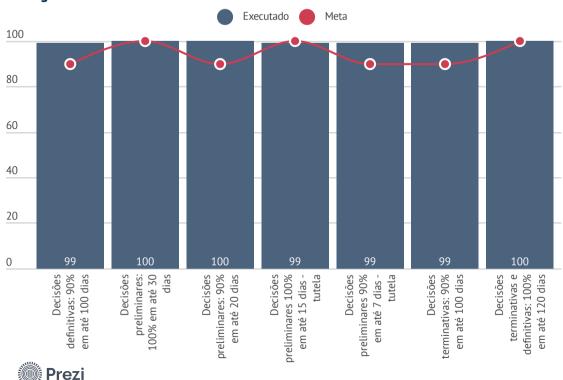
Metas Setoriais - Gabinetes

Assim como toda a organização, os Gabinetes dos Conselheiros possuem metas a serem alcançadas durante o ano.



100% é o índice geral de desempenho apresentado pelos Gabinetes

Compõem o índice dos Gabinetes sete indicadores de desempenho que monitoram a agilidade das decisões. O prazo é contado da entrada do processo até a data de registro da decisão nos sistemas do TCERO.





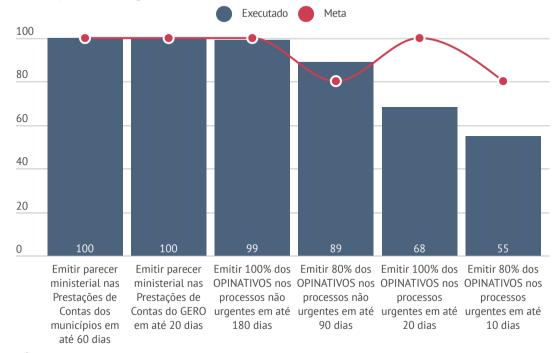
Metas Setoriais - Ministério Público de Contas

O MPC também conta com metas a serem alcançadas durante o ciclo anual.



90,7% é o índice geral de desempenho apresentado pelo MPC ao final do ciclo 2022/2023

Compõem o índice dos Procuradores seis indicadores de desempenho que monitoram a agilidade dos pareceres ministeriais. Das 6 metas, 4 foram alcançadas. As metas não atingidas estão relacionadas a manifestação ministerial em processos urgentes.





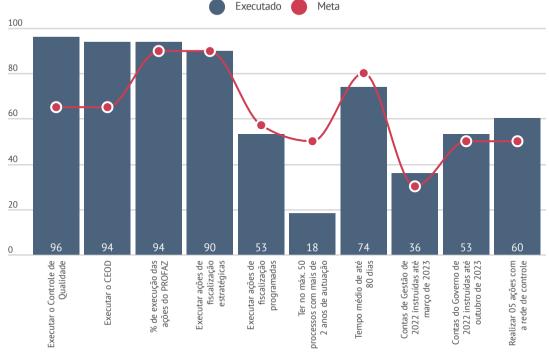
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Metas Setoriais - SGCE

A Secretaria Geral de Controle Externo apresentou alto índice de execução geral de metas.



Compõem o índice setorial da SGCE dez indicadores. O resultado é aferido por meio da média ponderada, considerando a diferença de pesos atribuídos a cada indicador.

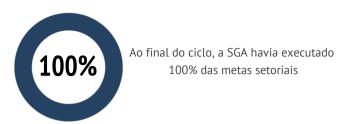




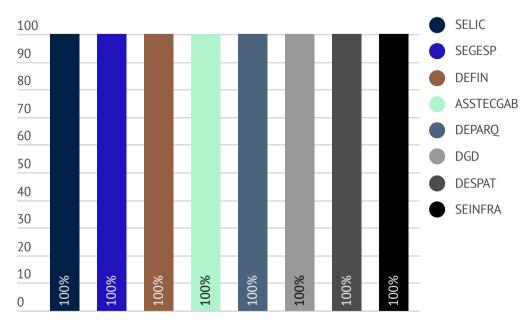


Metas Setoriais - SGA

A Secretaria-Geral de Administração apresentou bom índice de execução geral de metas.



Compõem o índice setorial da SGA vinte e um indicadores de desempenho, distribuídos em oito departamentos. O resultado é aferido por meio da média ponderada, considerando a diferença de pesos atribuídos a cada indicador.

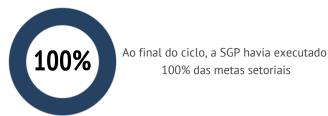




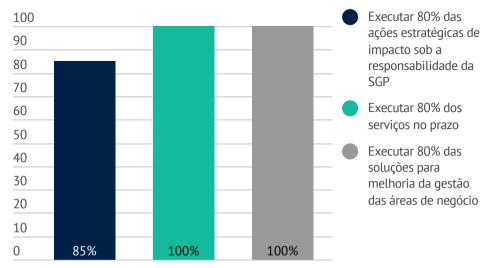


<u> Metas Setoriais - SGP</u>

A Secretaria-Geral de Planejamento apresentou bom índice de execução geral de metas.



Compõem o índice setorial da SGP três indicadores de desempenho, associados à execução do principal programa estratégico do TCE-RO, a gestão de projetos para aperfeiçoamento institucional e a gestão de processos críticos de responsabilidade do setor (relatórios, orçamento, etc).







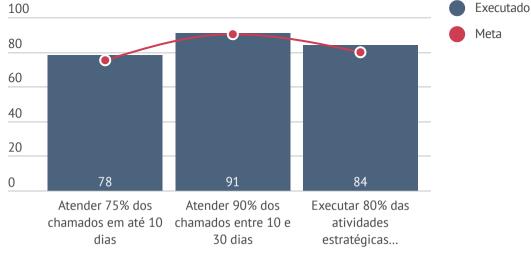


<u> Metas Setoriais - SETIC</u>

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação apresentou alto índice de execução geral de metas.



Compõem o índice setorial da SETIC três indicadores de execução e de desempenho, abrangendo gestão de projetos críticos para aperfeiçoamento institucional, gestão de chamados e disponibilidade de serviços de TI aos usuários. O resultado é aferido por meio da média ponderada, considerando a diferença de pesos atribuídos a cada indicador.



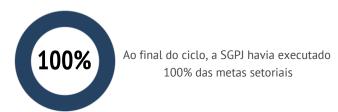




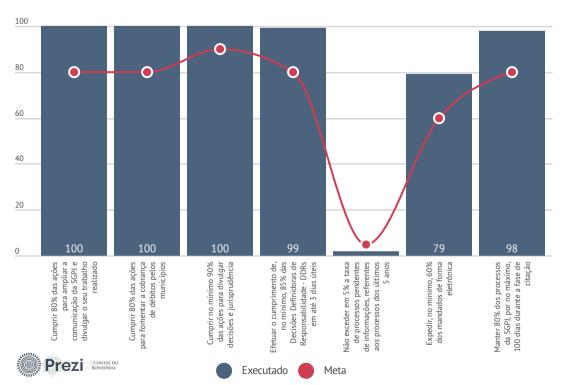


Metas Setoriais - SGPJ

A Secretaria-Geral de Processamento e Julgamento apresentou bom índice de execução geral de metas.



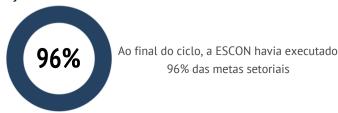
Compõem o índice setorial da SGPJ sete indicadores de execução e de desempenho, abrangendo gestão de estoque, de projetos críticos para aperfeiçoamento institucional e gestão de cobrança dos títulos executivos do TCE-RO. O resultado é aferido por meio da média ponderada, considerando a diferença de pesos atribuídos a cada indicador.



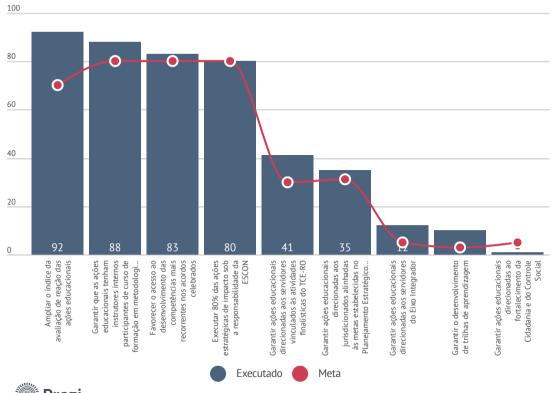


Metas Setoriais - ESCON

Ator fundamental para a execução de ações estratégicas, a ESCON apresentou alto índice de execução de metas.



Compõem o índice setorial da ESCON nove indicadores, abrangendo projetos críticos para aperfeiçoamento institucional. O resultado é aferido por meio da média ponderada, considerando a diferença de pesos atribuídos a cada indicador.





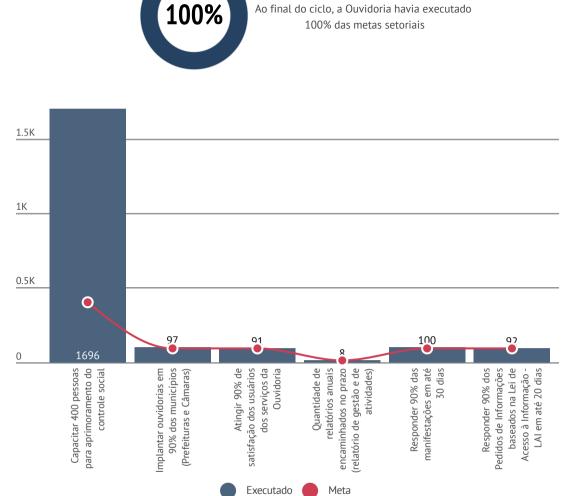
Prezi data



Metas Setoriais - Ouvidoria

A Ouvidoria, outro setor fundamental para o funcionamento organizacional, também possui metas para avaliação de desempenho. O resultado da Ouvidoria está representado abaixo.

Ao final do ciclo, a Ouvidoria havia executado





Neste tópico, apresentaremos de forma resumida a comparação entre os primeiros trimestres de 2022 e 2023.

1º Trim 2022 1º Trim 2023 Fiscalizações 54 48 Recursos Fiscalizados R\$ 2.4 bi R\$ 7.5 bi Débitos e Multas Imputados R\$ 867 mil R\$ 504 mil Execução Judicial R\$ 110 mi Títulos Protestados R\$ 86.9 mi R\$ 2.6 mi Valores Quitados R\$ 674 mil R\$ 568 mil







Neste tópico, apresentaremos de forma resumida a comparação entre os primeiros trimestres de 2022 e 2023.

1º Trim 2022

1ºTrim 2023











Neste tópico, apresentaremos de forma resumida as informações mais relevantes da gestão institucional.

<u>Gestão Orçamentária - Execução da LOA</u>

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2023 consignou ao TCE-RO dotação de R\$ 245 milhões e na - LOA 2022 R\$ 194 milhões. No 1º trimestre, do total autorizado, o valor empenhado representou, aproximadamente, 24% do limite disponível, e o liquidado, 16%.



Download data

Esse desempenho, quando comparado ao ano anterior, mostra que a dotação disponibilizada na LOA 2023 aumentou em torno de 27% em relação à LOA 2022. Já em relação à performance da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram 6% e as liquidadas aumentaram em torno de 23%.

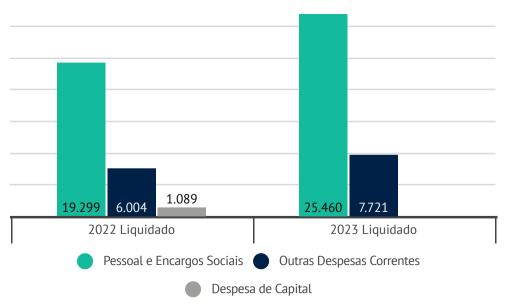






Gestão Orçamentária - Execução por elemento de despesa

A maior despesa do TCE-RO é com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 31.334.899,29, o que representa 80% do total liquidado, com o valor de R\$ 39.056.791,96.



Download data

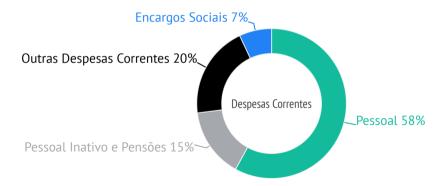






Gestão Orçamentária - Execução por elemento de despesa

Em relação às despesas correntes, o TCE-RO gastou R\$ 39.056.071,96 no 1º trimestre de 2023. Desse total, 65% foi destinado para pagamento de pessoal ativo e 15% para inativos e pensionistas.



O TCE-RO não efetuou nenhuma despesa de capital no trimestre.







<u>Gestão Orçamentária – Limite de Gastos com Pessoal</u>

No 4º trimestre de 2022, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia respeitou os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo que os valores **gastos com pessoal** se situaram em **R\$ 86.247.061,06**, e a **Receita Corrente Líquida - RCL** do Estado de Rondônia no valor de **R\$ 11.597.477.035,50**, ou seja, significando 0,74% nessa relação.

Esse comportamento das despesas com pessoal com relação à RCL vem sendo observado ao longo dos 3 últimos quadrimestres, o que indica que o TCE-RO está, rigorosamente, obedecendo aos ditames da LRF em seu Art. 20 e Incisos, conforme se observa a seguir:

Gastos com Pessoal nos últimos 3 quadrimestres

3°Quad./2022	01	0,74	R\$ 86.247.061,06 - Gasto com Pessoal R\$ 11.597.477.035,50 - RCL
2°Quad./2022	02	0,71	R\$ 82.381.798,99 - Gasto com Pessoal R\$ 11.552.327.892,50 - RCL
1°Quad./2022	03	0,72	R\$ 78.566.181,71 - Gasto com Pessoal R\$ 10.861.440.918,24 - RCL
			4.04

Limite Máximo	1,04
Limite Prudencial	0,99
Limite Alerta	0,94

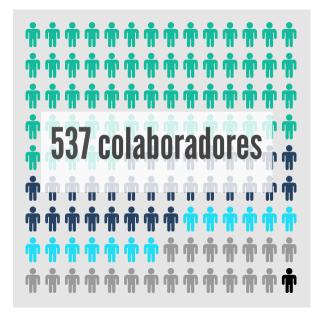






Gestão de Pessoas - Força de Trabalho

O TCE-RO possui 537 colaboradores ativos - entre efetivos, comissionados, bolsistas e estagiários de nível superior e de pós-graduação. Desse total, 1 está cedido para outro Órgão.



No trimestre, foram admitidos 7 servidores comissionados e exonerados 5.

7 Admitidos 5 Exonerados

Comissionados

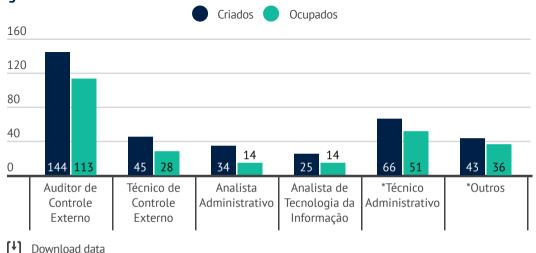
7





Gestão de Pessoas - Cargos Efetivos Ocupados

A relação quantidade de vagas previstas em lei e ocupadas está representada no gráfico abaixo.



Abaixo, o gráfico mostra a proporção de cargos efetivos, considerando todas as carreiras.









Gestão de Pessoas - Sistemática de Gestão de Desempenho

A Sistemática de Gestão de Desempenho-SGD foi implementada pela Lei Complementar nº 1023/2019 e regulamentada pela Resolução nº 348/2021, tendo como propósito definir e alinhar expectativas para o trabalho, acompanhar a performance, avaliar resultados e implantar ações de melhoria e desenvolvimento. Ao todo, a sistemática possui seis etapas:



No 1º trimestre foram consolidados os dados dos ciclos 2022 e 2023 e os principais números estão relacionados na sequência. Concomitantemente, foi iniciado o ciclo 2023/2024, em que se elaborou o planejamento para os Acordos de Trabalho, período de Acompanhamento e *Feedback*.

Na sequência são apresentadas as principais atividades realizadas no período.





<u>Gestão de Pessoas - Sistemática de Gestão de Desempenho</u>

1.1 Etapa de Planejamento da Sistemática de Gestão de Desempenho/SGD - Ciclo 2023/2024

Foi elaborado o Planejamento do Cronograma das Etapas da SGD para aprovação do Conselho Superior de Administração - CSA.

1.2 Etapa de Treinamento da Sistemática de Gestão de Desempenho - Ciclo 2023/2024

A Divisão de Gestão de Desempenho - DIVGD, em conjunto com a Comissão de Gestão de Desempenho - CGD, realizou, no período de 07 a 15 de março de 2023, grupos focais para transição de ciclos (2022/2023 - 2023/2024). As 07 (sete) turmas tiveram a participação de 382 (trezentos e oitenta e dois) servidores, entre líderes e liderados, conforme o quadro:

ltem	Data	Setores	Quantidade de Servidores
1.	07/03	Grupo Focal Presidência, Seplan, Escon	40
2.	09/03	Grupo Focal Ministério Público de Contas	38
3.	09/03	Grupo Focal Gabinetes, Ouvidoria e Corregedoria	76
4.	10/03 Grupo Focal SGCE		96
5.	13/03	Grupo Focal SPJ	35
6.	14/03	Grupo Focal SGA	53
7.	15/03	Grupo Focal SETIC	44
8.	22/03	Ambientação novos servidores SGA	09
9.	28/03	Treinamento sobre o Jira	06
		Total de Servidores	397

Fonte: Sistema SEI e SIEDOS

Durante a realização dos grupos focais, foram selecionados 8 (oito) servidores representantes de cada grande área desta Corte, para serem agraciados com o prêmio "Feedback de Ouro", uma forma de reconhecer o esforço e comprometimento daqueles líderes que se empenharam na aplicação das etapas da Sistemática. Os treinamentos são feitos conforme a demanda dos setores e, também, a programação da Divisão/Comissão de Gestão de Desempenho. No período foram realizadas, ainda, reuniões de ambientação de novos servidores e treinamentos para utilização do gerenciador de resultados e acerca das ferramentas da SGD.







Gestão de Pessoas - Sistemática de Gestão de Desempenho

1.3 Projeto TO BE - Jira Cloud

Reuniões de alinhamento e levantamento dos fluxos e requisitos do *Jira* para migração do Sistema atual (*Jira*) para o *Jira Cloud*.

1.4 Avaliação dos servidores em estágio probatório "3ª Turma"

Realização das etapas de avaliação de competências, processamento dos dados, disponibilização do resultado, recursos e implementação do resultado para o grupo de 08 (oito) servidores em estágio probatório (Turma 3). Ressalta-se que, em virtude da necessidade de serem efetuadas 02 (duas) Avaliações Especiais de Desempenho para servidor em Estágio Probatório, considerando que esses entraram em exercício no mês de julho de 2022, esta foi a primeira Avaliação enfrentada no Ciclo 2022/2023. Essa avaliação subsidia o pagamento da Gratificação de Resultados – GR, nos termos do artigo 6°, §5° e 6° da Resolução nº 306/2019/TCE-RO. Insta destacar que, desse grupo avaliado somente foi interposto 01 (um) recurso de reconsideração, direcionado à Comissão correspondente, o qual foi indeferido pela Chefia imediata do servidor.

ltem	Status	Quantidade de Avaliações	Média das notas da Avaliação do Gestor	Média das notas da Auto Avaliação	Média geral da Avaliação de Competências	Média do Desempenho
1.	AED	08	9,52	9,77	9,60	9,52

Fonte: Sistema SEI e Sistema Jira

1.5 Atendimento aos servidores/Consultoria interna

Durante o trimestre, como mostrado no quadro abaixo, foram realizados diversos atendimentos/consultorias internas aos servidores deste Tribunal. O gráfico 1 apresenta a forma de contato e o gráfico 2, o motivo pelo qual a divisão foi consultada. Pode-se observar que a maioria dos atendimentos é feita de forma

online, onde os principais motivos são dúvidas sobre procedimentos e solicitação de suporte.

Item	Status	Total ¹
1.	Atendimento/Consultoria Interna	135







Gestão de Pessoas - Sistemática de Gestão de Desempenho

¹Pode haver divergência na quantidade total no gráfico "Forma de contato com a DIVGD" para o gráfico "Motivo de Contato com a DIVGD", uma vez que um contato pode gerar duas ações diferentes.

Gráfico 1 – Forma de Contato com a DIVGD

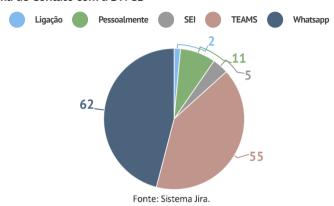
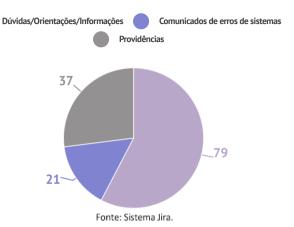


Gráfico 2 - Motivo de Contato com a DIVGD









Gestão de Pessoas - Sistemática de Gestão de Desempenho

1.6 Progressão Funcional

A Divisão/DIVGD faz o acompanhamento da progressão funcional dos servidores, e, também, o encaminhamento das avaliações dos servidores cedidos para fins de progressão funcional nos órgãos de origem. Assim sendo, neste 1º trimestre o encaminhamento das progressões de servidores ocorreu conforme o descrito no quadro a seguir.

Item	Mês	Situação Funcional	Quantidade de Servidores	
1.	Lamaina	Cedido	01	
	Janeiro	Servidor Efetivo	01	
2.	Abril	Servidor Efetivo	167	
	Total de Servidores 169			

Fonte: Sistema SEI e SIEDOS

1.7 Teletrabalho

A DIVGD, no que se refere aos servidores em teletrabalho, faz parte de uma importante etapa na autorização do teletrabalho fora do estado, encaminhando o desempenho do servidor para a Divisão de Seleção e Desenvolvimento Pessoal - DISDEP. Assim, no período de janeiro a março, foram encaminhados os desempenhos de 04 (quatro) servidores para análise e possível autorização para desempenhar as atividades em teletrabalho fora do estado.

1.8 Consultoria Externa

A DIVGD, em conjunto com a Comissão de Gestão de Desempenho - CGD, ainda realizou consultorias externas, conforme seque.

- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte TCE.RN
- Tribunal de Contas do Estado do Acre TCE.AC
- Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul TCE.MS







Gestão de Pessoas - Sistemática de Gestão de Desempenho

1.9 Participação em Eventos

Durante o trimestre a DIVGD participou ativamente de 02 (dois) eventos:

- Participação da servidora Larissa Cunha, Vice-Coordenadora e integrante do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do Instituto Rui Barbosa, na reunião que ocorreu no dia 01 de março, bem como no VIII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, de 01 a 03 de março de 2023.
- Participação no lançamento das Trilhas de Aprendizagem deste Tribunal, no dia 16 de março, no auditório do TCE-RO. No evento foram lançadas 09 (nove) trilhas desenvolvidas por servidores desta Corte, dentre elas a trilha "Módulo de Gestão de Desempenho do TCE-RO", construída pela DIVGD em conjunto com a DISDEP e Comissão de Gestão de Desempenho.





Gestão de Pessoas – Qualidade de Vida e Desenvolvimento

No trimestre, a Divisão de Bem-Estar no Trabalho desenvolveu as seguintes ações:

Saúde e Segurança do Trabalho - Implantação do eSocial

Cadastramento e encaminhamento de informações das tabelas - S-2210 (Comunicação de Acidentes de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde do trabalhador) e S-2240 (Condições de Trabalho). No sistema SIEDOS foram cadastradas as informações de todos os servidores (efetivos e comissionados) sobre SST, com base nos laudos e programas elaborados pelos Bolsistas Sêniores e enviados à base de dados do eSocial (sistema com interface no eSocial).

Continuidade das atividades para contratação da Unidade de Saúde Ocupacional

Foram realizadas reuniões com a equipe do Ministério Público do Estado de Rondônia/MP-RO para a definição do objeto a ser contratado em parceria com o TCE-RO, e alinhamentos com a equipe da Secretaria de Licitação e Contratos - SELIC sobre os procedimentos para contratação.

Estruturação da avaliação psicossocial dos servidores em teletrabalho

Em cumprimento ao previsto na Resolução nº 336/2020/TCE-RO, foi realizada a organização e o levantamento de profissionais e custos para a elaboração de avaliação psicossocial dos 244 servidores em teletrabalho (parcial e integral), conforme estabelecido no Processo Sei nº 01172/2023.

Acompanhamento com Centro de Perícias Médicas/CEPEM - homologação de licenças

A DIVBEM manteve tratativas com o CEPEM para a homologação de licenças médicas dos servidores do TCE-RO a partir do 15° dia de afastamento. A necessidade desse acompanhamento se deu pela demora na emissão dos laudos médicos. Existem processos de 2021/2022 que ainda não foram homologados. Diante disso, foi realizada uma reunião com a gerente do Centro para a entrega da relação das homologações pendentes.







Gestão de Pessoas – Qualidade de Vida e Desenvolvimento

No trimestre, a Divisão de Bem-Estar no Trabalho desenvolveu as seguintes ações:

Planejamento das acões a serem desenvolvidas no exercício de 2023

Elaboração do Plano de Ação 2023 da DIVBEM com as seguintes ações:

- a) Programa de Preparação para Aposentadoria;
- b) Il Jornada de Oualidade de Vida no Trabalho;
- c) Projeto Família no TCE-RO;
- d) III Olimpíadas dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia III OTC-TCE-RO:
- e) Semana do Servidor:
- f) Eventos de integração com realização de cursos e atividades de endomarketing;
- g) Ações do Projeto de Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação no ambiente de trabalho em parceria com a Corregedoria;
- h) Parceria com as divisões DISDEP e DIVGD nas ações de recuperação de desempenho (servidores com média final inferior a 70%).

Campanha na Intranet - Janeiro Branco (conscientização da importância da saúde mental)

O TCE-RO se alinhou à 10ª edição da Campanha Janeiro Branco, com o tema "A vida pede equilíbrio", que promove ações no Brasil e no exterior sobre a temática, em prol da criação de políticas públicas dedicadas às necessidades psicossociais da saúde mental trabalhando pela psicoeducação dos indivíduos, no intuito de construir uma cultura de saúde mental na sociedade. Nesse sentido, a DIVBEM coordenou o movimento no âmbito da Corte e buscou ampliar as iniciativas a respeito da campanha, por meio da veiculação de banners oficiais do Janeiro Branco e demais divulgações de ações aos servidores, colaboradores e estagiários acerca da importância da conscientização do tema.







Gestão de Licitações e Contratos

A Secretaria de Licitações e Contratos – SELIC realizou diversas contratações no 1º trimestre de 2023, no valor total de R\$ 1.639.417,13 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dezessete reais e treze centavos).



Levando em conta o valor de mercado estimado para as 22 contratações realizadas no 1º trimestre, foi gerada uma economia de R\$ 291.514,82 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e catorze reais, e oitenta e dois centavos). Considera-se como economia gerada, para fins do relatório de atividades, a diferença entre o valor orçado nas cotações iniciais junto aos fornecedores/prestadores de serviços, em detrimento ao realmente contratado após as negociações promovidas pela Secretaria de Licitações, no decorrer dos procedimentos licitatórios.





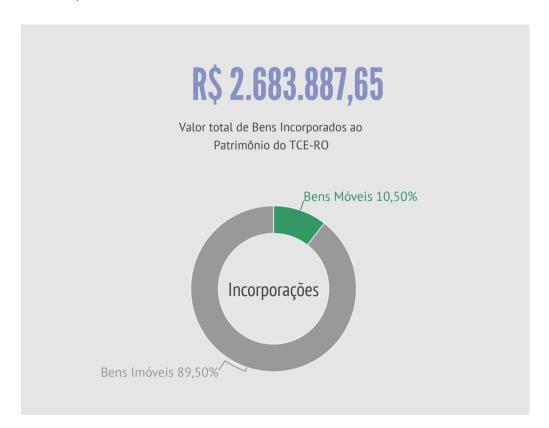






<u>Investimentos em Infraestrutura</u> Bens Incorporados

No trimestre, a incorporação de bens totalizou R\$ 2.683.887,65 (dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e oitenta e sete reais, e sessenta e cinco centavos).









Gestão de Tecnologia da Informação

Diante do contexto de restrições causadas pela pandemia, no TCE-RO uma das principais estratégias foi a adoção do teletrabalho. Para isso, foram disponibilizados recursos tecnológicos e adquiridos equipamentos visando mitigar os riscos relacionados à falta de infraestrutura tecnológica e garantir a continuidade das atividades desenvolvidas pela organização.

Abaixo, destacam-se alguns dos projetos que possuem maior relevância e impacto institucional.

Projeto	Descrição	Status	Total empenhado	Total Executado
Ateliê de Software	Visa a prestação de serviços terceirizados para o desenvolvimento de softwares e serviços correlatos.	Contrato em execução	R\$373.159,16	R\$108.659,74
Links de Comunicação e Serviços de Telefonia	Objetiva a continuidade do serviço de internet e comunicação, serviços essenciais para o funcionamento da infraestrutura tecnológica desta Corte de Contas e comunicação entre as áreas.	Contrato em execução	R\$228.367,82	R\$29.222,06
Serviço com backup em nuvem	Visa obter maior segurança dos dados de backups, permitindo maior disponibilidade para recuperação de dados gerados no âmbito desta Corte de Contas.	Contrato em execução	R\$67.200,00	R\$20.756,21
Serviço de Acesso a Dados da Receita Federal Via Sistemas do SERPRO (HOD e Infoconv)	Visa permitir o acesso a dados de Servidores Municipais, Credores Municipais, Credores do Estado e Servidores do Estado para posterior cruzamento com dados contidos em sistemas como: SIGAP, Portal Cidadão e demais ferramentas disponibilizadas por esta Corte de Contas.	Contrato em execução	R\$26.000,00	R\$4.828,50
Ferramenta Siedos	Visa à automação de processos e a centralização de controles para a área de gestão de pessoas.	Contrato em execução	R\$600.000,00	R\$28.606,06
Renovação garantia e suporte Veritas Netbackup	Objetiva a renovação e expansão da solução de proteção de dados Veritas NetBackup (licenças, softwares e hardwares), contendo instalação, migração, melhorias. garantia e suportes.	Contrato em execução	R\$1.047.200,00	-







Gestão de Tecnologia da Informação

Durante o trimestre, esforços foram empreendidos para a concretização de diversos projetos, dentre os principais podemos citar:

• DW Dados Abertos CNPJ

Realizada atividade de construção de um *DataWarehouse* (armazém de dados) unificado com dados de CNPJ e seus respectivos estabelecimentos e sócios, constituído através das seguintes etapas:

- <u>1.</u> Aquisição de dados abertos de CNPJ do Gov.Br em arquivos CSV, para execução de aquisição dos arquivos em ambiente público;
- <u>2.</u> Tratamento e armazenamento dos dados de origem em um banco de dados *Stage* (temporário);
- <u>3.</u> Qualificação (cruzamento) dos dados de Sócios para identificar se os dados já existem em nossas bases de dados e corrigir inconsistências.

PC-e Prazos

Criado o projeto de *dashboard* integrado ao PC-e Estratégico, que permite aferição de atendimento de prazos na conclusão de produtos (documentos) processuais em tempo hábil, dividido em duas etapas distintas, sendo a primeira a construção de pipeline (cadeia de elementos a serem processados) de integração, com o objetivo de integrar dados do sistema PC-e (banco PostgreSQL) com o banco PC-e Estratégico (banco MsSQL) e os produtos associados (banco MongoDB), permitindo um pré-processamento dos dados que serão exibidos no *dashboard* e a segunda etapa a configuração de API Rest, que permite definir um conjunto de recursos e operações a serem executados na plataforma *StreamSets Data Collector* (plataforma que permite integrar diversos tipos de dados, como arquivos, bancos de dados, sistemas de mensageria e *streaming*, além de transformar e enriquecer esses dados em tempo real) para permitir a acesso aos dados consolidados pela pipeline de integração.





Gestão de Tecnologia da Informação

• Projeto Alfabetiza

Criada a funcionalidade para a realização de abertura antecipada do mês de dezembro para envio das fichas através do sistema; incluída também a opção de seleção do ano escolar na tela e nos filtros da lista de turmas (em todos os perfis); também foi disponibilizado campo para visualizar, realizar *download* e imprimir fichas enviadas ao TCE-RO.

Aplic

Desenvolvido o Módulo Contratos, que permite o cadastro e gestão de obrigações contratuais genéricas da contratada e da administração; criada a funcionalidade que permite a inclusão do objeto do item do PACC na tela de detalhes do ajuste, além da realização de correção de incidentes. Também foi desenvolvido o Módulo Compras, que visa possibilitar o cadastro de fornecedor, com a adição da opção - "Incluir *endpoint*" (ponto de acesso a ser usado para acessar serviços, recursos ou dados disponíveis no sistema) para busca de CNPJ em <u>cnpj.ws</u>. Por fim, ocorreu a mudança de campo de origem dos dados para o Módulo Contratos para a base de Fornecedores do *Aplic*.

• BI

Ajustes em ETL (Extract, Transform, *Load*) que trazia informações dos arquivos de excel. ETL é um processo de integração de dados que envolve extrair dados de várias fontes, transformá-los em um formato adequado e carregá-los em um destino final.





Gestão de Tecnologia da Informação

Radar

Desenvolvido o balancete de despesas de unidades gestoras; criado o campo de revisão analítica das demonstrações contábeis; desenvolvida a funcionalidade para a exportação de relatórios (balancete de despesas e revisão analítica das demonstrações contábeis); gerada a consulta de empenhos (básica) com implementação de alguns filtros.

• Octopus (AS) Portal Cidadão

Realizada a integração com o gov.br para autenticação de usuários.

• Epicks (PC-e-3239 e SPJe-1882)

Conforme o disposto no anexo da Resolução nº 378/2022-TCE/RO, foi realizada a descaracterização de CPFs de jurisdicionados nos seguintes documentos/telas: pauta de Julgamento - SPJe; Certidão de Julgamento - SPJe; Certidão de Responsabilização - SPJe; Registros de Ato de Pessoal (Acórdão e DM) - SPJe; Certidão de Responsabilização - SPJe; Certidão de Situação dos Autos - SPJe; nos Mandados e Certidões de Prazos; na exibição na aba de dados gerais do Processo/Documento; nos módulos: Contas Julgadas Irregulares, Parecer Prévio pela Reprovação das Contas, Responsáveis com imputações de débito e/ou multa vencidas e não pagas - Portal da Transparência; dados do módulo Modelo de Voto - PPF.

• LGPD - Portal da Transparência

Entregue o projeto base a ser acoplado em qualquer sistema que necessite controlar *cookies*, visando o atendimento a nova lei de Geral de Proteção de Dados (LGPD).





Comunicação e Divulgação Institucional

O Tribunal de Contas promove a divulgação institucional de suas atividades utilizando-se de diversos meios de comunicação.

Portal do TCE-RO - http://www.tce.ro.gov.br

Portal de Acesso à Informação

Relatórios institucionais trimestrais e anuais das atividades do TCE-RO

Diário Oficial Eletrônico do TCE-RO

Redes Sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e plataforma YouTube

Releases enviados aos jornais eletrônicos da capital e interior

Na área de comunicação social, destaca-se a divulgação de eventos de relevância organizacional interna e externa. No trimestre, a Assessoria de Comunicação Social promoveu a cobertura do Programa de Alfabetização na Primeira Infância - PAIC em seus diversos encontros, na capital e no interior do Estado, manteve-se na cobertura e suporte às sessões do Pleno e das Câmaras. Promoveu, ainda, a cobertura de eventos realizados pelo Tribunal de Contas de forma eletrônica, que foram registrados no portal do TCE-RO, na *Intranet*, nas redes sociais (*Facebook, Twitter e Instagram*), na plataforma YouTube e no canal de WhatsApp, além de serem encaminhados às mídias impressa e eletrônica.







Sociedade Educação Efetividade Gestão Muditoria Transparência Macompanhamento Acompanhamento

Sustentabilidade

Governança

